



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 9ª reunião, realizada em 29 de setembro de 2017

1 Em 29 de setembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento e o suplente Henri Dubois
6 Collet, representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel
7 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
8 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Juarez Dutra da Silva, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio
12 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Lauro Angelo Dias Amorim, do
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).
19 Representantes da sociedade civil: José Hermano Oliveira Franco, da
20 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo
21 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio
22 Paranaíba. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
23 BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
24 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 9ª reunião
25 da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e deu boas-
26 vindas a todos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS
27 GERAIS.** Não houve manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 8ª REUNIÃO.**
28 Aprovada por unanimidade a ata da 8ª reunião da Câmara de Proteção à
29 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 21 de agosto de 2017. **5)
30 INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS (IDE). Apresentação: SEMAD.**
31 Fabrício Lisboa Vieira Machado, diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD,
32 fez apresentação da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema, seu modelo
33 de gestão de dados, aspectos técnicos e aplicações. Em seguida, esclareceu
34 pontos destacados pelos conselheiros. Em resposta ao questionamento do
35 conselheiro José Hermano Oliveira Franco, esclareceu que há previsão de
36 abertura da versão interna do banco de dados às quatro casas do Sisema em

37 meados de outubro. “O desenvolvimento da parte tecnológica se encontra cerca
38 de 90% concluído. Nós precisamos desse teste interno, do feedback, da
39 manutenção do que for necessário, e a expectativa de publicação externa se
40 daria na transição dezembro e janeiro, concomitante à publicação da nova DN
41 74.” Com relação à disponibilização dos estudos ambientais, o conselheiro José
42 Hermano Oliveira Franco sugeriu que seja colocado um link para facilitação do
43 acesso. O conselheiro Nino Antônio Camini questionou se estão sendo
44 incorporados dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e se estão tabuladas
45 informações acerca das compensações florestais, doação de áreas, RPPNs etc.
46 Fabrício Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “Os dados do CAR, com ainda não
47 passaram por uma consistência do ponto de vista técnico, o comitê gestor e a
48 alta direção consideraram pertinente aguardar. Conforme avançarmos nessa
49 consistência dessa base do CAR, que é autodeclaratória, certamente, vamos
50 publicar. E a compensação ambiental é um trabalho interno do IEF e da SEMAD
51 para consistência desses dados. A expectativa é cíclica, de maneira dinâmica,
52 pois a IDE Sisema foi modelada para todo e qualquer dado cuja variável seja
53 geográfica e possa ser inserido. Talvez em meados do ano que vem possamos
54 ter limites das propriedades e reserva legal.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
55 Oliveira: “Eu vou começar lamentando a ausência do CAR em um trabalho de
56 fôlego como esse. No Brasil todo, o CAR é um instrumento fantástico,
57 espetacular e que propicia avanços importantes na área de meio ambiente. Em
58 Minas Gerais, não só nesse trabalho da IDE, mas no licenciamento, na revisão
59 da DN 74, o CAR também ficou em quarto plano. A intenção é que esse
60 procedimento seja de colaboração para melhoria do licenciamento ambiental.
61 Mas eu fiquei preocupado em relação à serra da Piedade, onde o papa não
62 pôde vir por causa dos problemas. A intenção era fazer uma melhoria na
63 estrutura viária, mas encontrou-se tanto impedimento que buscou-se outro
64 caminho. Por sorte nossa, o papa não veio. A minha preocupação é que você
65 listou que tinha supressão de vegetação, unidade de conservação e mais uns
66 três ou quatro impedimentos. Eu gostaria que você comentasse, quando
67 tivermos um fenômeno de licenciamento ambiental e uma sequência de
68 fenômenos parecidos com esse da serra da Piedade, se tem uma sequência de
69 limites e impedimentos. Porque na DN 74, em que há uma preocupação muito
70 grande da Federação da Agricultura, consta, com muita clareza, o impedimento
71 de implantação de empreendimentos por causa de dificuldades ambientais. E
72 nós sabemos que a Marina Silva, quando era ministra do Meio Ambiente, há 13
73 anos, falou que esse modelo de impedir por causa do meio ambiente não
74 funciona.” Fabrício Lisboa Vieira Machado/SEMAD: “Todo tipo de restrição ou
75 vedação que seja tem respaldo legal. O que a IDE Sisema faz é indicar a sua
76 localização. Muito se errava em função dessa ausência de clareza de
77 localização das coisas. O IDE traz de diferencial é, exatamente, a localização
78 precisa das coisas. Da forma como está sendo construída hoje a nova DN 74,
79 tem-se três premissas para o critério locacional: enquadramento, vedação legal

80 e restrição. E eu concordo que temos que insistir para colocar o CAR, que, sem
81 sombra de dúvida, é uma base fundamental.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
82 Oliveira: “O que eu estou sugerindo é que esse documento que vocês estão
83 preparando não seja finalizado dentro da casa e na hora que vir para o setor
84 produtivo e para esta Câmara, para o COPAM, não esteja tão amarrado e tão
85 fechado que não tenha jeito de mexer. Então que, antes de finalizar, tragam
86 para nós vermos.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: “O CAR
87 não está fora. Nós estamos só fazendo as avaliações, os marcos legais, e o
88 módulo de análise está bem encaminhado. Já tivemos treinamento junto ao
89 Serviço Florestal Brasileiro. Na IDE, nós vamos colocar uma plataforma dos
90 dados que o Estado tem, unificar todas as informações em uma plataforma
91 única. No nosso caso, tem toda a questão ambiental, e, realmente, o CAR vai
92 entrar a partir do momento em que tivermos uma consistência nos dados.
93 Também não é interesse do Sisema colocar dados que não vão trazer
94 segurança nenhuma aos conselheiros, aos usuários da plataforma. É uma
95 plataforma aberta que vamos estar cada vez mais alimentando com novas
96 informações que irão surgindo. E para nós o CAR é um grande instrumento de
97 gestão. Estamos evoluindo, participando, constantemente, das reuniões e
98 buscando como está sendo operacionalizado em outros Estados. E vai ser uma
99 coisa bem democrática. Então o IEF vai trazer isso, que vai ser para todos uma
100 facilidade de ter acesso aos dados. E dados novos serão introduzidos, é uma
101 plataforma possível de ser realimentada, constantemente. Com relação à
102 questão colocada do monumento, nós temos discutido muito com a igreja,
103 porque havia entendimentos conflitantes de um santuário e de uma unidade de
104 conservação. Então nós estamos alinhando os procedimentos para, realmente,
105 ter uma situação consistente. Imaginem 1 milhão de pessoas subindo uma
106 unidade de conservação de forma desordenada. Podem subir, mas tem que ser
107 feito de uma forma ordenada. E hoje nós estamos com um diálogo muito
108 próximo da igreja e compreendendo as duas realidades: o santuário, que tem
109 uma visitação intensa, e a unidade de conservação. E como compatibilizar os
110 dois usos. E, mais uma vez, a ideia do Sisema é trazer os dados e democratizar
111 a informação para cada vez mais dar segurança tanto para consultores e para
112 nós, técnicos, quanto para todos os conselheiros.” **6) PROCESSOS**
113 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,**
114 **CONFORME POA 2017. 6.1) Magnesita Refratários S/A. Centros de**
115 **pesquisas científicas e tecnológicas, com laboratórios de análises físico-**
116 **químicas e biológicas em áreas urbanas. Contagem/MG. PA**
117 **09475/2013/001/2013. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
118 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.2)**
119 **Agrocity Mineração Ltda. Fazenda Rio do Peixe. Extração de rocha para**
120 **produção de britas com ou sem tratamento. Caeté/MG. DNPM**
121 **832.929/2011. PA 32128/2013/001/2013. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.**
122 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**

123 Único. **6.3) HSIEH Empire Participações Ltda. Condomínio Industrial**
124 **Tecnoparque Confins. Fase 1. Prestação de outros serviços não citados ou**
125 **não classificados. Confins/MG. PA 09562/2011/003/2014. Classe 3.**
126 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
127 nos termos do Parecer Único, com destinação do recurso para a APA Carste de
128 Lagoa Santa, conforme solicitação do ICMBio nesta sessão. **6.4) Agrícola**
129 **Xingu S/A. Fazenda Bocaina, São Miguel e Tamoios. Culturas anuais,**
130 **excluindo a olericultura. Unai/MG. PA 04292/2011/001/2012 e**
131 **04284/2011/002/2015. Classe 3 e 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
132 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Conselheiro
133 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O voto da Fiemg é favorável ao processo, mas
134 contrário à atualização do valor contábil líquido.” Conselheiro Lauro Angelo Dias
135 Amorim: “O Sindiextra é a favor do parecer, mas só registrar o voto contrário à
136 atualização do valor contábil líquido.” **6.5) SPE Várzea Alegre Energia S/A.**
137 **PCH Várzea Alegre. Barragens de geração de energia hidrelétrica. São**
138 **José do Mantimento/MG. PA 07589/2008/005/2010. Classe 3. Apresentação:**
139 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
140 Parecer Único. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
141 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU**
142 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA**
143 **ATLÂNTICA. 7.1) SBA Torres Brasil Ltda. Construção de torre de telefonia**
144 **celular. Januária/MG. PA 1200000611/17. Sem AAF. Classe não passível.**
145 **Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco.** Compensação
146 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.2) Maria**
147 **da Fé Energia S/A. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Maria da**
148 **Fé/MG. PA 01142/2015/001/2015. Classe 3. Apresentação: Escritório**
149 **Regional Sul de Minas.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
150 nos termos do Parecer Único. **7.3) Água Marinha Empreendimentos**
151 **Imobiliários Ltda. Parcelamento do solo. Sem AAF. Betim/MG. PA**
152 **09010000233/16. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional**
153 **Centro-Sul.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
154 Parecer Único. **7.4) Vale S/A. Alçamento da Barragem do Itabiruçu. Cota**
155 **833 m. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Itabira/MG. PA**
156 **00119/1986/081/2005, DNPM 930641/1989. Classe 5. Apresentação:**
157 **Escritório Regional Centro-Sul.** Compensação ambiental aprovada por
158 unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.5) Vale S/A. Alçamento da**
159 **Barragem do Itabiruçu, cota 836 m. Barragem de contenção de**
160 **rejeitos/resíduos. Itabira/MG. PA 00119/1986/081/2005, DNPM 930641/1989.**
161 **Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul.** Compensação
162 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.6) Sergio**
163 **Martins Ponce. Construção de habitação/residência unifamiliar. Nova**
164 **Lima/MG. PA 0901000013/13. Sem AAF. Classe não passível.**

165 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul.** Processo retirado de pauta
166 com pedido de vista do conselheiro representante da Angá. **7.7) Luiz Carlos**
167 **Goulart. Construção de habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG.**
168 **PA 09010000114/16. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação:**
169 **Escritório Regional Centro-Sul.** Processo retirado de pauta com pedido de
170 vista do conselheiro representante da Angá. **7.8) Associação dos**
171 **Proprietários do Condomínio Tiradentes de São José da Lapa (Asproct).**
172 **Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente**
173 **residenciais. São José da Lapa/MG. PA 06022/2009/001/2010. Classe 3.**
174 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul.** Processo retirado de pauta
175 com pedido de vista do conselheiro representante da Angá. **7.9) Mineração**
176 **Dornas Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Santa Rosa da Serra/MG. PA**
177 **01159/2002/004/2013, DNPM 83.1860/1999. Classe 3. Apresentação:**
178 **Escritório Regional Alto Paranaíba.** Compensação ambiental aprovada por
179 unanimidade nos termos do Parecer Único. **8) PROCESSOS**
180 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
181 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**
182 **8.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda.** Lavra a céu aberto com
183 **tratamento a úmido. Ouro. Riacho dos Machados/MG. PA**
184 **11961/2009/002/2010, DNPM 831.005/1982. Classe 6. Apresentação:**
185 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
186 Parecer Único. A área técnica registrou as seguintes retificações no Parecer
187 Único: “No item 3, controle processual, onde está escrito ‘medida de
188 manutenção/implantação’, lê-se regularização fundiária; no artigo 2º, incisos II e
189 III da Portaria IEF nº 27, o correto é inciso I; onde consta ‘a referida proposta
190 não é inferior àquela utilizada para intervenção, autorizada no processo de
191 regularização’, na realidade, a proposta vai ser complementada, como está
192 escrito no parecer; onde está escrito que ‘sendo realizada obrigatoriamente na
193 bacia hidrográfica e preferencialmente no município onde o mesmo estiver
194 instalado’, na realidade, a empresa tentou que fosse no mesmo município, mas
195 não foi possível, e a justificativa consta do item 2.3 do parecer.” **8.2) Vale S/A.**
196 **Mina de Itabira. Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
197 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**
198 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Itabira/MG. PA**
199 **00119/1986/094/2009. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
200 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **8.3) Vale**
201 **S/A. Mina Água Limpa. Pilha de estéril cururu. Rio Piracicaba/MG. PA**
202 **00118/1986/024/2005, DNPM 6.498/1961. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.**
203 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
204 **Único. 8.4) Vale S/A. Mina Fábrica Nova. Unidade de tratamento de minerais**
205 **(UTM). Mariana/MG. PA 00182/1987/081/2010, DNPM 930.016/1995. Classe**
206 **5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por

207 unanimidade nos termos do Parecer Único. **8.5) Vale S/A. Mina Fábrica Nova.**
208 **Correias transportadoras. Mariana/MG. PA 00182/1987/080/2010. Classe 5.**
209 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
210 nos termos do Parecer Único. **8.6) Vale S/A. Mina Água Limpa. Lavra a céu**
211 **aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro. Rio Piracicaba/MG. PA**
212 **0118/1986/030/2007, DNPM 6.498/1961. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.**
213 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
214 Único. **8.7) Vale S/A. Mina Morro do Agudo. Extração de minérios de metais**
215 **não ferrosos. Rio Piracicaba/MG. PA 0118/1986/020/2002. Classe III B.**
216 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
217 nos termos do Parecer Único. **8.8) Vale S/A. Mina de Fazendão. Lavra a céu**
218 **aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro. Catas**
219 **Altas/MG. PA 00312/1996/036/2007, DNPM 93.0150/1983. Classe 5.**
220 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
221 nos termos do Parecer Único. **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
222 **CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN**
223 **PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO**
224 **IX, DO ARTIGO 13, DO DECRETO 46.953/2016. 9.1) RPPN Wilson Crepaldi.**
225 **Propriedade de Crepaldi Locação de Imóveis Ltda. Área aprovada: 220 ha.**
226 **Argirita/MG. PA 05000000268/17. Apresentação: Gciap/IEF.** RPPN aprovada
227 por unanimidade nos termos do parecer do IEF. **9.2) RPPN Ave Lavrinha I.**
228 **Propriedade de Nietta Linderberg Monte. Área aprovada: 23,2266 ha.**
229 **Bocaina de Minas/MG. PA 10000000853/16. Apresentação: Gciap/IEF.** RPPN
230 aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. **9.3) RPPN Benjamim**
231 **Vicente Pereira. Propriedade de Laércio Vicente Pereira e Lucinéia Vicente**
232 **Pereira. Área aprovada: 4,2191 ha. Estiva/MG. PA 10000000563/17.**
233 **Apresentação: Gciap/IEF.** RPPN aprovada por unanimidade nos termos do
234 parecer do IEF. **9.4) RPPN Serra Negra do Funil. Propriedade de Bernardo**
235 **José de Araújo Mascarenhas e Maria Tereza Arbex Montenegro. Área**
236 **aprovada: 29,0199 ha. Rio Preto/MG. PA 05000000070/17. Apresentação:**
237 **Gciap/IEF.** RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. **10)**
238 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ATUALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO**
239 **DOS VALORES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2017.**
240 **10.1) Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. Abate de animais de médio e**
241 **grande portes (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos,**
242 **muares etc.). Pará de Minas/MG. PA 02371/2002/003/2008. Classe 5.**
243 **Apresentação: GCA/IEF.** Atualização de distribuição de valores de
244 compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Adendo ao
245 Parecer Único. **11) ENCERRAMENTO. Presidente João Paulo Mello Rodrigues**
246 **Sarmento: “Eu considero que esta é uma reunião histórica. Nós votamos, pela**
247 **primeira vez, a aplicação direta da compensação minerária. Nós sentimos,**
248 **dentro do IEF, como um ganho. Os recursos, realmente, agora, serão**

249 diretamente aplicados na unidade de conservação, não irão para o caixa. Então
250 eu considero como sendo esta reunião histórica porque nós estamos dando um
251 novo passo. E estamos estudando para que isso ocorra também para as demais
252 compensações. Aquelas que tiverem a permissão legal, que seja feita aplicação
253 direta. Nós estamos finalizando para encaminhar a publicação de um decreto.
254 Nós do IEF estamos entusiasmados com esse novo modelo, já temos uma ideia
255 das unidades. E eu parablenizo a todos os conselheiros, porque, pela primeira
256 vez em Minas Gerais, nós estamos aprovando aplicação de uma forma
257 diferenciada e, realmente, é aplicação direta. Com isso, nós vamos ter uma
258 evolução muito grande. A partir do momento em que esse dinheiro não é
259 internalizados no Estado, eu vejo uma agilidade em poder aplicá-lo. E o nosso
260 objetivo, realmente, é estruturar as unidades de conservação, e não é gerar
261 receita. Então parabéns a vocês.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Eu queria
262 aproveitar também e parabenizar os técnicos todos. Se foi rápido é porque os
263 pareceres estão vindo cada vez mais bem-instruídos, melhores para se ler. Nós
264 percebemos que está cada vez melhor o trabalho técnico. Então estender esses
265 parabéns a eles.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Parabéns
266 à equipe. Realmente, nós temos primado por apresentar mais segurança e
267 pareceres que, realmente, deem condições de estarmos votando.” Conselheiro
268 José Hermano Oliveira Franco: “Fazer coro ao colega, porque eu também achei
269 os pareceres muito bacana. E a questão da aplicação direta é um avanço de
270 que nós precisamos. Não pode a SEMAD ser o segundo arrecadador e viver
271 com o pires na mão. Então, quanto mais conseguirmos fazer o dinheiro chegar
272 onde precisa e parar de ter as instituições sem recurso, vai ser um grande
273 avanço. Eu acho que uma questão a ser discutida no futuro, que é bem mais
274 complexa, é a questão do tamanho das compensações. Não estamos querendo
275 inviabilizar nada, mas essa história de vamos tentar chegar a 0,5% é sempre um
276 prejuízo muito grande do ponto de vista de empreendimentos, extremamente,
277 agressivos, com potencial lucrativo – ninguém é contra isso aqui – muito
278 grande, e com uma compensação muito pequenininha. É muito difícil de lidar
279 com as unidades de conservação, principalmente quando falamos em
280 regularização fundiária. Às vezes, recebem R\$ 5.000 em um lugar em que R\$
281 5.000 não dão 1 hectare e não se faz regularização fundiária nenhuma com
282 isso. Não é impedir empreendimento nem tornar impossível, mas tornar uma
283 coisa um pouco mais justa do ponto de vista ambiental. Porque vemos todo
284 mundo com o pires na mão, e uma das formas é, sim, a aplicação direta, e a
285 outra é tornar a coisa um pouquinho mais justa. Não inviabiliza ninguém, mas
286 vamos tornar mais justo, porque o resultado prático está ficando muito visível na
287 água, no Estado inteiro. Na verdade, ninguém está com o privilégio de falar que
288 está com bastante água. Muito pelo contrário. Então precisamos ter mais
289 recursos para essas áreas de proteção.” Presidente João Paulo Mello
290 Rodrigues Sarmiento: “O próximo passo é chamar a empresa que teve essas
291 compensações e elaborar o plano de trabalho. E falamos mais uma vez da

292 felicidade do IEF de estar tendo condições de estruturar as unidades.” Em
293 seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente João
294 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de todos e declarou
295 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

296

297

298

299

300

301

302

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Proteção à
Biodiversidade e de Áreas Protegidas